

UMA ENTREVISTA COM E. P. THOMPSON (1976)¹

Michael Merrill²

Tradução³: Sérgio Paulo Morais⁴
Rafael Correia Rocha⁵

Esta entrevista com E. P. Thompson ocorreu em março de 1976, em New York. Thompson passava ali a primavera como professor visitante de História na Universidade de Rutgers, em New Jersey. No semestre anterior, assumira um posto similar na Universidade de Pittsburgh. O entrevistador foi Michael Merrill, um dos membros formadores da MARHO (Mid-Atlantic Radical Historians Organization) e do MARHO *Forum Committee*, além de membro permanente do *Institute for Labor Education and Research of New York*. A polêmica de Thompson com Perry Anderson e com Leszek Kolakowski, mencionada no texto, pode ser encontrada em *Socialist Register*, editada por Ralph Miliband e John Saville, dos anos 1965 e 1973, respectivamente. A resposta

¹ Publicação de entrevista autorizada pelo autor e pela Revista *Recerques* (Barcelona), a quem agradecemos. Para a tradução, foram comparadas e utilizadas as cópias da entrevista em inglês (enviadas por M. Merrill), publicada originalmente pela MARHO, tal como indicado no prólogo acima, e cópia em idioma Catalão publicada pela *Recerques*, nº 08, 1978.

² Centro de Estudos Laborais Harry Van Arsdale Jr. Empire State College/ SUNY (N.Y).

³ Os tradutores agradecem ao Prof. Dr. Rinaldo José Varussa pela leitura e pelas sugestões.

⁴ Professor do Instituto de História (cursos de graduação e pós-graduação) da Universidade Federal de Uberlândia.

⁵ Mestre em Educação pela Universidad de la Empresa/Montevidéu, Uruguai. Bolsista BAT I (Fapemig/Capes: APQ-03413-12).

de Anderson foi publicada na *New Left Review*, número 35 (jan./fev. de 1966) e a resposta de Kolakowski foram publicadas no periódico *Socialist Register* em 1974. As notas de *A carta aberta a Leszek Kolawski* de Thompson têm referências a maioria de seus primeiros artigos, aos quais, o autor, esperava voltar em um futuro próximo. *William Morris: from romantic to revolutionary* foi, à época da entrevista, reeditado pela editora Merlin na Inglaterra. Os livros *Senhores e caçadores* e *A formação da classe operária Inglesa*, no Brasil, foram editados, pela primeira vez, pela editora Paz e Terra, em 1987.

P. O livro *A formação da classe operária inglesa* [daqui para frente: *A Formação*] foi escrito em quais circunstâncias? Foi escrito com objetivos ou intenções políticas imediatas, como intervenção, de certo modo dissimulada, na cena política do momento, ou surgiu de outras preocupações?

R. As reflexões que mediam uma obra intelectual ou artística e a própria experiência e a participação na sociedade nunca são as mesmas, nunca são diretas. Quero dizer, nenhum pintor pode pintar sua experiência política assim; e se tenta pintar um quadro, este terá, talvez, um grande valor como quadro, tão somente.

A formação surgiu, sem dúvida, de uma polêmica teórica de dupla face. Por um lado, não poderia tê-lo escrito sem a disciplina da história econômica, extraordinariamente firme, intelectualmente bem fundamentada, que (com significativas exceções) constitui uma tradição contínua, desde Adam Smith e os economistas políticos ortodoxos até nossos dias. É uma tradição, em grande medida, contaminada pela ideologia capitalista. Portanto, em certo sentido, escrever a história social das pessoas desse período exige levar a cabo uma polêmica contra essa tradição. Por outro lado, foi, de algum modo, uma polêmica contra as noções economicistas abreviadas do marxismo que estavam claramente manifestadas nas discussões que rodeavam dentro e fora do movimento comunista de 1956 em diante até a elaboração da Nova Esquerda (*New Left*). Nessa tradição, a noção muito simplificada da formação da classe operária era a de

um processo determinado: energia a vapor + sistema industrial = classe operária. Certos tipos de matéria-prima, como a “migração dos camponeses para fábricas”, juntam-se para produzir uma quantidade determinada de proletários com consciência de classe. Eu polemizava contra essa noção para mostrar que existia uma consciência plebeia refletida nas novas experiências sociais que estavam ocorrendo, as quais foram tratadas por formas culturais pelas pessoas, originando, a partir de então, uma consciência transformada. E, nesse sentido, as questões que estavam sendo propostas e parte do equipamento que era utilizado para respondê-las surgiram desse distinto momento ideológico.

P. Em que público estava pensando quando escreveu *A formação*?

R. Não era um livro escrito para um público acadêmico. Meu trabalho durante anos foi o de tutor em educação de adultos, dando aulas no turno da noite para trabalhadores, sindicalistas, gente de setores administrativos, professores etc. Esse público estava presente junto ao público de esquerda, do movimento operário e da Nova Esquerda. Pensava nesse tipo de leitor quando escrevia o livro, algo evidente por conta de minha atitude bastante irreverente com as convenções acadêmicas. Eu tenho me moderado um pouco desde então, simplesmente porque, ainda que o livro tenha sido recebido de forma muito generosa por alguns setores acadêmicos, tem sido também submetido a ataques muito duros, especialmente na Grã-Bretanha. Para responder a esses ataques, eu tive que aguçar meu próprio equipamento intelectual. Quando se dá conta, repentinamente, de que se está sendo observado por uma profissão que é, em grande medida, conservadora, tem que se estar muito seguro de que suas afirmações são exatas, bastante precisas e bem documentadas. Isso pode constituir uma certa inibição.

P. O cuidado de que você fala é evidente em *Senhores e caçadores*. Porém, a irreverência de *A formação* foi, provavelmente, para muitos acadêmicos, o maior atrativo do livro. Era uma injeção de energia necessária e tornou-se uma contínua referência nos escritos acadêmicos por conta da diferença que ele fez.

R. Sim. Porém, a respeito de *Senhores e caçadores*, não é um livro tão sério e reverente como pode parecer. Na primeira metade, sim, parece academicista e quase antiquado, em parte pelo caráter do material com o qual é reconstruído um conjunto perdido de relações sociais. Isso havia de ser realizado com pinceladas bem pequenas. Mas, ainda é um livro irreverente. A tradição dominante da historiografia do século XVIII está profundamente arraigada e não tem sido praticamente desafiada em suas linhas centrais durante muitos anos. É uma Marinha que não se pode dispersar com um disparo de mosquete, de dentro de uma canoa. E eu tive que enfrentá-la dentro de seu próprio território e “namierisar”⁶ os interesses de *foresters* e *Yeomen* em vezdos pares e da *gentry*. O leitor é quem deve decidir se o livro consegue ou não. Porém, está, em parte, escrito como participação em uma polêmica historiográfica inglesa que pode não ser inteiramente apresentável ao leitor americano.

P. Bem, na última seção, certamente, evidenciamos um livro turbulento.

R. Amplia-se. São como pequenos córregos que se convertem num rio bastante rápido e caudaloso na parte final.

P. Eu estava pensando em duas coisas quando fiz a pergunta anterior. Uma delas é sua descrição de Morris e sua relação com a poesia, suas fantasias utópicas e históricas, que eram puramente diversão. Eram coisas que fazia somente por seu próprio prazer e

⁶ “Tal termo pode se referir às posições políticas e ao método historiográfico do historiador russo, naturalizado britânico, Lewis Bernstein Namier. Esse personagem, antes de ser historiador e professor, atuou ativamente na política britânica do entre guerras. Naimer foi um dos mais destacados historiadores conservadores até aproximadamente o início dos anos 1950 e seu estudo sobre o Parlamento Britânico mudou - naquela época - a forma de ver a história inglesa da segunda metade do século XVIII. Aliás, sua História do Parlamento é composta por uma série de biografias de cada membro do parlamento. A crítica principal a seu método e posições políticas é que, com isso, toda a história fica reduzida a um conjunto de interesses paroquiais das elites”. Essa análise foi feita pelo professor Leandro José Nunes - Inhis/UFU, a quem agradecemos. (N.T.).

pelo prazer das pessoas que pudessem desfrutar de tais leituras. Por outro lado, a história tem uma importância que supera seu valor de prazer. Em certo momento do livro, você cita os estudos de Morris sobre os contos islândicos e a cultura das pessoas pobres da Islândia do século XII, que tiveram uma importância decisiva na transformação dele num socialista revolucionário. Seu estudo histórico deu-lhe uma posição por meio da qual pode julgar sua própria época etc. Qual dessas duas atitudes em relação à cultura predomina em suas ideias a respeito de suas obras históricas? Escreve história por que gosta do que faz? Ou possui intenções políticas ampliadas, em que aprofundamentos em uma cultura radical e na recuperação de tradições revolucionárias perdidas constituem um fator importante para ativar essas tradições na atualidade?

R. Claro, você não precisa perguntar isso, não é? A única coisa a dizer é que esse tipo de pergunta é feita, às vezes, por pessoas diferentes de você, as quais possuem a ostentação e a preciosa ideia de serem *verdadeiros* historiadores por não se comprometerem de nenhuma forma. Então, primeiramente, se você diz “é claro”, você é acusado de ser algo supostamente distinto de um historiador, ou seja, um propagandista. Pelo contrário, creio que uma enorme quantidade da produção historiográfica existente, claro que me refiro a Grã-Bretanha, tem sido realizada a partir do ponto de vista das expectativas, autoimagem e apologias de uma classe dominante: “a propaganda dos vencedores”. Assim, pois, recuperar uma história alternativa supõe, muitas vezes, envolver-se em polêmica com uma ideologia estabelecida.

Em segundo lugar, também, pode fazer alguém a mesma pergunta, querendo fazê-lo dizer: “ok, *toda* a história é ideologia, de direita ou de esquerda.” Eu não estou de acordo com isso de forma alguma. O que se tenta é se aproximar de problemas objetivos muito complexos do processo histórico (isso é o que fazia também Marx). Isto supõe uma disciplina precisa que implica o distanciamento e a objetivação – estar consciente das próprias inclinações, consciente das perguntas que está levantando – e em grande parte do trabalho como historiador, ou se deixa clara a intrusão das próprias atitudes e valores, se é que estão

influenciando, ou as mantém à distância e evita-se que essa intromissão ocorra. De outro modo, o que se faz é supor que o processo histórico não apresenta problemas para os quais as próprias convicções não tenham respostas. E isso não é certo. O que de fato se faz é se aproximar de um processo que revela, no âmbito da revisão histórica, seu próprio caráter e seus próprios problemas. Só nesse sentido pode-se aprender algo dele. Isso não significa que num ponto determinado não seja possível fazer um juízo *sobre* esse processo, porém este é um segundo tipo de atividade. De nenhum modo me desculpo de fazer tais juízos. Mas, espero deixar claro que quando eu considerar uma questão como a disciplina de trabalho, ou rituais populares do século XVIII, não introduza nelas um conjunto de convicções pré-fabricadas. Mantenho-as à distância e tento examiná-las em suas próprias condições e dentro de seu próprio conjunto de relações. Porém, uma vez feito isso, se se desejar, pode-se comentar, porque se pode querer fazer uma estimativa do que significa *para nós* esse processo. O significado não se encontra ali, no processo, o significado está na forma como o entendemos.

P. Funcionou? Fez alguma diferença? Ao final de *Senhores e caçadores* há uma autointromissão bastante surpreendente quando você se pergunta se o que fez foi ou não um anacronismo. O que importa que John Huntridge, o obscuro hoteleiro, possa nos dizer sobre a *Lei Negra* como sendo resultado de seus esforços? É esse tipo de intromissão um sinal de seu convencimento de que, apesar de todos seus esforços, *A formação* foi uma pregação para infieis, que suas esperanças em relação aos escritos historiográficos são menos defensáveis? Ou é outra coisa o que ocorre no momento?

R. Não, não. Não devo ter me expressado com clareza. A questão que nesse caso eu colocava é que, muito justificadamente, tem diminuído a perspectiva com que se pode considerar como alcançada, nesse momento em particular, na cultura ocidental. Evidentemente, no século XIX, e incluindo minha juventude, as escolas históricas da Grã-Bretanha e América contavam com personagens que nunca haviam duvidado de que sua história foi a mais importante do mundo. Porém, vivendo em uma ilha pós-

imperial, que, em termos convencionais da economia capitalista, está se debilitando rapidamente e é consciente do futuro, no qual as nações que estão surgindo vão exigir não só uma maior participação no mundo, mas também maior participação na consciência histórica, vão parar e se perguntar o que significa esta peculiar cultura do constitucionalismo anglo-saxão do século XVIII. Não era realmente mais importante que a Inglaterra estivesse ativamente dedicada ao comércio de escravos? Que a Companhia das Índias Orientais estivesse acumulando sua fortuna e expandindo seu território na Índia? Não era isso que ao mundo importava saber sobre a Inglaterra, em vez de se os ingleses tiveram determinados rituais constitucionais? Essa é uma das perguntas que eu faço.

A outra é uma resposta, quem sabe, a uma certa forma de ver as coisas pela Escola dos *Annales*, quando, às vezes, é confiscada e realizada por historiadores conservadores que falam de *longue durée* e, em seguida, acrescentam que, na verdade, as únicas formações que interessam aos historiadores são as de larga duração demográficas, materiais e até mesmo geológicas da História. Assim, ocupar-se de um momento determinado – 1723 – é uma contribuição muito trivial à evolução histórica séria. Foi como uma resposta a essas duas questões que eu levantei aquilo, e justifiquei minhas preocupações locais argumentando que a Revolução Inglesa do século XVII, apesar de ter fracassado em muitas de suas aspirações, havia finalmente originado um determinado conjunto de inibições legais ao poder que, por terem sido muito manipuladas, constituíram uma importante realização cultural. Sustentei, ademais, que o direito por ser manipulado com finalidade classista, pode ser subvalorizado com excessiva facilidade como mera máscara encobridora do poder de classe; e certamente não se deve considerá-lo desse modo. Tudo o que temos presenciado neste século sugere-nos que nenhum pensador socialista sério possa supor que um governo com alguma espécie de direito – embora com leis socialistas e não capitalistas – não seja um profundo bem humano. Os propósitos de alguns teóricos socialistas para evitar essa questão não podem explicar duas coisas: uma, a evidência histórica dos assombrosos

poderes que chegaram a ter neste século um estado socialista, ou os poderes que poderiam alcançar os pretensamente chamados estados socialistas. E, segundo, o fato de que os trabalhadores de países avançados e, provavelmente da maioria dos lugares, estejam profundamente conscientes do perigo que existe para eles no Estado. Assim, afirmo que a história do direito importa e que se trata de uma questão muito sutil e muito complexa.

P. Eu senti, entretanto, em outros de seus recentes escritos, um sentimento de isolamento, o qual associei à parte que temos falado sobre *Senhores e caçadores. A carta aberta a Leszek Kolakowski*, por exemplo, fala de seu silêncio político de oito anos e teme que, depois desta, volte a cair no silêncio. Nessas passagens, há um sentido de “mentalidade de fortaleza”, talvez pudéssemos chamar dessa forma. Que relação tem essa postura com o evidente êxito de *A formação* e a contínua importância das tradições, em todos os sentidos da palavra, que representa seu livro e das quais é o primeiro porta-voz? A resposta ao livro pareceria indicar que você está muito menos isolado do que você parece crer.

R. Devo me desculpar. Há algo de autodramatização na carta à Kolakowski. Porém, o fato de eu tê-la escrito foi uma saída do isolamento e não o contrário. Não tem nada a ver com *A formação* e sua generosa recepção, particularmente aqui. Tem mais a ver com aspectos de meus escritos menos conhecidos nos Estados Unidos, que constituem um compromisso político claro. Espero voltar a publicar alguns desses escritos em breve. Agora, não me sinto mais isolado tal como no auge dos anos 1960. O que ocorreu foi a criação da Nova Esquerda, na qual fui muito ativo, na companhia de meus colegas ingleses. Refiro-me à época de Wright Mills, que foi um dos mais próximos companheiros aqui na América. E depois, houve a transição para uma segunda Nova Esquerda. Simultaneamente, ocorreram algumas transições intelectuais que, para mim, foram desastrosas. Deu-se mais importância à atividade do tipo expressiva que às outras classes de atividade política mais racionais e mais abertas, e, ao mesmo tempo, desenvolveram-se uma série de marxismos muito sofisticados, particularmente na Europa Ocidental, que progressivamente tomaram, a meu ver, um

caráter teológico – por tão sofisticados que foram – rompendo, assim, a tradição marxista à qual eu havia me associado. Isso foi seguido por um período especialmente difícil no final dos anos 1960, em que existia um movimento intelectual de esquerda divorciado de movimentos populares mais amplos, e que de algum modo convertia esse isolamento em virtude e não estabelecia medidas para tomar contato com o movimento operário e com outros movimentos populares de grandes dimensões. Por outro lado, e não creio que tenha que recordar isso nos Estados Unidos, essa Nova Esquerda continha elementos que podiam ser imediatamente considerados pelo historiador como uma mostra dos depreciados atos que correspondem à desvalorização da burguesia, quer dizer os gestos de estilo, expressivos e irracionais, autoglorificantes, em que não há lugar para a tradição revolucionária séria, de raízes profundas e racionais. Por outra parte, existia o sentimento de que haviam causas suficientes, associadas a esse movimento, que seguiam pertencendo à esquerda, especialmente a luta contra a guerra do Vietnã e em geral a luta para democratizar as instituições de ensino.

Desde então, não se podia atacar ou criticar esse movimento publicamente, exceto dentro do próprio movimento – e, mesmo assim, era difícil, de modo que meu sentimento de isolamento resultara de um movimento que avançava numa direção que eu detestava em muitos sentidos e sobre o qual me mantinha há muito tempo, por força, em silêncio. Não podia me unir ao protesto, ou ao voo da Colômbia, ou ao que estivesse ocorrendo na direita ou mesmo à cômoda mediocridade social-democrática.

P. Desde quando?

R. Mas agora essa fase está chegando ao fim, desculpo-me pela autodramatização da carta de Kolakowski, acredito, de modo positivo, que estamos começando um novo período que integra grande parte do que era bom naquele outro momento.

P. Muita gente queria saber como ou por meio de que processo decisivo, você se fez historiador. O pequeno resumo que aparece no verso da edição *vintage* de *A formação* diz que esteve em Cambridge depois da guerra.

R. Durante e depois da guerra. Esse foi o curso de um momento

formativo muito importante. É difícil transmiti-lo para as pessoas de outra geração. Não acredito que deva dar muita importância a esse esforço, porque a visão das pessoas cristaliza-se muito rapidamente e assim se acaba. Porém, eu sou da opinião impertinente que com exceção do ocorrido em Postdam ou em Yalta, o que Stalin estava maquinando ou as intenções do imperialismo inglês ou americano, a Segunda Guerra Mundial foi um momento crítico da civilização humana. Caso as potências fascistas tivessem vencido, estaríamos, muito provavelmente, vivendo uma situação bastante diferente. Na verdade, não existiria um MARHO sem a história da Nova Esquerda, e teriam matado Kolakowski há muito tempo, de modo que não poderíamos debater com ele. Assim seria o futuro que viveríamos, caso não tivéssemos vencido o fascismo. Tivemos esse extraordinário momento formativo em que foi possível estar profundamente comprometido com muitas ideias, inclusive com a própria vida, em defesa de uma luta política determinada e, ao mesmo tempo, uma luta popular. Suponho que efetivamente isso afetou o modo como nos formamos.

Eu fui, desde cedo, muito ativo no Partido Comunista, o qual segui até 1956. Isso não significa que não tive muitas dúvidas e também que não fui culpado de recorrer a explicações casuísticas, o que deveria ter rejeitado do caráter stalinista. Mas, por outro lado, não estou disposto a aceitar a explicação trotskista de todo um passado que deixa de lado uma fase inteira de evolução histórica, com todas as múltiplas formas de iniciativas populares e autênticas zonas de atividade e heroísmo, taxando-as simplesmente como “stalinistas”. A dimensão popular da atividade comunista daquele período e, em muitos casos, a de hoje, é de caráter tal que impede esse tipo de *intelectualização*.

P. Eu li toda a memória que você e sua mãe fizeram sobre seu irmão, que contém um breve histórico de sua própria formação [E. P. Thompson, ed., *There is a Spirit in Europe: a Memoir of Frank Thompson.*]. Você tinha idade suficiente para se lembrar das reuniões, ocorridas em sua casa, entre seu pai e os líderes do movimento de libertação da Índia?

R. Oh, sim.

P. E tudo isso influenciou para que você se tornasse comunista? Ou foi em 1940, quando a escolha decisiva sobre “o que fazer” impôs-se sobre a Europa de forma bastante brutal? O que determinou a ruptura com esse passado? Seu irmão entrara no Partido Comunista em 1939, fora oficial na guerra e lutara como voluntário com “partisans” búlgaros.⁷ Portanto, seus pais e as decisões anteriores de seu irmão foram traços importantes em seu próprio compromisso. Não era algo realizado em oposição a sua própria formação e cultura?

R. Meu pai – ambos, meu pai e minha mãe, mas sobretudo meu pai – foi um liberal ferrenho. Foi um crítico tenaz do imperialismo inglês, amigo de Nehru e de outros líderes nacionais. Por isso, me criei esperando que os governos fossem mentirosos e imperialistas, cresci com a crença de que minha posição deveria ser de oposição ao governo. Mas entrar no Partido Comunista foi realmente motivo de conflito familiar para meu irmão mais velho. Ele abriu o caminho e, quando eu fiz o mesmo, foi com menos conflitos. Esse é outro exemplo da ambiguidade desse momento na guerra antifascista, especialmente entre 1942 e 1946. As cartas conservadas de meu irmão são totalmente contrárias ao quadro de dureza ideológica do stalinismo. Seu compromisso era com o povo e, sobretudo, com o heroísmo dos movimentos “partisans” do sul da Europa. Em determinado sentido, esse movimento político, rebelde, como uma frente popular, chegou a um ponto alto entre 1943 e 1946. Foi destruído tanto pela reação inglesa quanto pela americana, destruído, desde seu interior, pelo stalinismo. Uma das coisas que me entusiasma é que, de um modo curioso, acredito que a Europa está prudentemente recomeçando, com certo avanço, o que foi interrompido pela Guerra Fria. As categorias da Guerra Fria estão começando a se desagregarem. Espanha, Itália,

⁷ Partisans: denominação comum atribuída aos homens e mulheres que lutaram em diversos movimentos de resistência popular (Itália, França, Iugoslávia, entre outros) contra o nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial. Utilizamos o termo que consta no texto original (em inglês). (N.T.).

França, Grécia, talvez incluindo a Grã-Bretanha; essa impressão de abrir um futuro independentemente das estruturas da Guerra Fria está começando a reaparecer.

P. Foi vasta sua experiência na Iugoslávia depois da guerra [E. P. Thompson, ed. *The Railway*, Londres, 1948]? Sendo testemunha do movimento popular camponês, de trabalhadores, de soldados e de estudantes, para construção de uma sociedade socialista na Iugoslávia, imagino, seria um grande estímulo quando se tratava de recompor e imaginar sucessos ocultos e movimentos populares do passado, algo que você fez, supostamente, muito bem, talvez melhor do que ninguém.

R. Sim, mas recordo que também havia trabalhadores, soldados e estudantes na Inglaterra. Também ali ocorreu um movimento ativo que fazia avanços consideráveis. A luta pela moradia e as greves, o sentimento de euforia quando se nacionalizaram as minas e introduziu-se o seguro social, todas essas questões positivas formaram parte da própria experiência, de modo que não se tratava somente de ver como acontecia em outros lugares. Parecia-nos que os “partisans” iugoslavos eram um exemplo supremo desse tipo de atividade e um exemplo surpreendente, mas não totalmente distinto. Em 1946, fui como voluntário a uma brigada de jovens para construir uma linha ferroviária na Iugoslávia. Havia contingentes da maior parte dos países europeus, exceto, significativamente, da União Soviética. Foi esta uma fantástica experiência. Também neste ano fui para a Bulgária e conheci os “partisans” que haviam sobrevivido depois da extraordinária marcha da qual participou meu irmão. Nem por um momento podia-se considerar a situação terminal da imposição do domínio russo sobre a Bulgária. Também trabalhei com um grupo de jovens construindo uma linha férrea na Bulgária, durante pouco tempo, e estava convencido da autenticidade da frente popular *naquele momento*. Porém, quebrou-se logo, e quebrou-se por pressão de comunistas ortodoxos de formação russa e pelos russos. Mas nessa etapa havia comunistas, socialistas, grupos rurais e outros tipos que formavam uma aliança e falavam muito livremente de suas diferenças. Havia uma sensação de abertura. Mas, todos eles se fecharam com a Guerra Fria. Fecharam-se para

ambas as partes. Foi um processo mútuo, recíproco e imensamente prejudicial, imensamente destrutivo e provavelmente mais destrutivo nos extremos, na Rússia e na América. Na América, destruindo qualquer continuidade das raízes daquele movimento e na Rússia, qualquer oposição, qualquer movimento de tipo autêntico.

P. Evidentemente, nunca lhe ocorreu que ser socialista revolucionário democrata, ou comunista democrata, e ser historiador fossem de certo modo conflitantes entre si. Quando comecei os estudos da graduação, há seis anos, um dos principais temas de discussão nos círculos estudantis de esquerda era, segundo o que eu lembro, a necessidade de ser revolucionário profissional, uma ocupação que, de algum modo, excluía as demais. No meio do movimento que você estava descrevendo, parece ter decidido fazer-se historiador...

R. Não, por Deus! Nunca “tomei a decisão” de ser historiador. Não me recordo de tomar nenhuma decisão desse tipo.

P. Compreendo, compreendo. Mas decidiu entrar na universidade.

R. Estive um ano na guerra e depois voltei e concluí minha primeira titulação. Nunca fiz trabalho de investigação ou pós-graduação. Comecei a lecionar para adultos porque me parecia ser uma área em que poderia aprender algo sobre a Inglaterra industrial e ensinar uma gente que por sua vez ensinaria a mim mesmo. E isso realmente aconteceu. E fui muito ativo politicamente. Minha primeira responsabilidade na tarefa política foi trabalhar no movimento pacifista, sobretudo contra a guerra da Coréia. Formamos um bom movimento em Yorkshire. Foi uma autêntica aliança com agentes do Partido Trabalhista, que foram expulsos desse partido, pacifistas tradicionais de esquerda, comunistas e sindicalistas. Eu dirigia um jornal. Estava no comitê do Partido Comunista do distrito de Yorkshire. Provavelmente, isso ocupou a metade de meu tempo e o ensino profissional, a outra metade. Em ambos, estava recebendo uma constante aprendizagem.

P. Deu uma conferência e escreveu um pequeno artigo sobre William Morris em 1951 e em algum momento daqueles anos, você decidiu escrever um estudo sobre Morris.

R. Você fala continuamente de decisões. Eu estava preparando minhas primeiras aulas. Ensinava tanto Literatura quanto História. Pensava: como posso, para começar, fazer-me entender diante de uma sala de aula de adultos, muitos deles do movimento trabalhador; como falar com eles sobre o significado da literatura em suas vidas? E comecei a ler Morris. Morris me absorveu. Eu pensava: “por que consideram esse homem exigente e ultrapassado”? Todavia, ele é um dos nossos. E li um dos livros sobre Morris tão ruim e tão ideológico que me coloquei a *obrigação* de contestá-lo. Por isso, escrevi um artigo atacando-os e o editor do jornal me disse: “muito obrigado, mas não poderia escrever um artigo maior?”. E, então, escrevi um artigo grande demais para ser publicado. Ele me questionou dizendo que seria uma boa ideia fazer um livro com ele. Assim, acabei escrevendo um livro de 800 páginas. Morris me capturou. Não tomei uma decisão. Morris decidiu que eu faria sua apresentação. Porém, enquanto eu me dedicava a isso, considerei muito mais seriamente em me fazer historiador.

Parece-me que é algo como fazer-se poeta ou pintor; o poeta ama as palavras e o pintor ama a plástica. Eu me encontrei fascinado pela possibilidade de chegar até o fundo das coisas, por meio das próprias fontes. Adquiri o entusiasmo pelos arquivos. Suponho que isso, com a ajuda crítica dos companheiros, uma ou duas pessoas especiais e a participação do grupo de historiadores do Partido Comunista, no qual tínhamos continuas discussões teóricas, fizeram-me historiador. O intercâmbio, tanto sério, quanto informal, com os companheiros socialistas ajudou-me mais do que tudo que havia encontrado em Cambridge. Não quero, com isso, dizer que não se pode, afortunadamente, encontrar em certas ocasiões algo na universidade, mas se trata de sublinhar que os intelectuais socialistas ajudaram-se de forma mútua. Não devemos depender das instituições, por benévolas que sejam, mas, sim, ter grupos em que se fale de teoria e história, nos quais existam críticas mútuas. O princípio de se poder fazer e receber duras críticas é muito importante.

P. Essa tradição alternativa continuou na Inglaterra? É o *History workshop*, por exemplo, é o tipo de coisa de que está falando?

R. Não se tem sobrevivido exatamente da mesma maneira desde que a maioria dos historiadores ativos deixou o Partido Comunista a partir, de 1956. Só permaneceram dois ou três influentes no grupo original. A *New Left Review* formou efetivamente, em certas ocasiões, agrupamentos desse tipo. Muitas coisas se moveram, supostamente, das universidades, expandindo-as e as fazendo mais democráticas. Muitos excelentes seminários recriaram algum elemento desta tradição. O *History workshop* de Raphael Samuel, de forma mais aberta e popular, é uma mutação de tipo diferente. É outro aspecto dessa tradição. Isso mudou, e *ninguém entra pela mesma porta*.⁸

P. Você levou para fora seu próprio trabalho na universidade onde estabeleceu ou ajudou a estabelecer um centro para o estudo de História Social. Não acredito que a maior parte das pessoas aqui conheça toda a história de sua associação com a Universidade de Warwick, e nem os motivos pelos quais a deixou. Havia algum conflito fundamental entre fazer história e formar historiadores no âmbito de uma universidade?

R. É possível que eu veja tal conflito, mas não quero generalizar de nenhum modo com base em meu próprio caso. É uma questão de temperamento. E não quero fazer parecer uma virtude. Somente guardo um certo grau de insatisfação pessoal por não poder avançar em meu trabalho. O Centro foi um sucesso. Eu acho que foi um bom lugar – intelectualmente bom – estimulante; sou surpreendentemente grato ao respeito dos companheiros. E continua sendo bom hoje. Todos nós fizemos críticas de boa qualidade. Mas eu havia chegado a um ponto de total dedicação a ele e sentia a necessidade, por outro lado, de terminar meu próprio trabalho. Foi uma decisão egoísta. Mas essa afirmação não possui nenhuma validade geral. É de certo modo, como disse, por temperamento: sou mais escritor do que professor. Em parte, na Grã-Bretanha, provavelmente mais que nos Estados Unidos, quando se adquire certa antiguidade na

⁸ Em inglês: “It has changed, and no one goes in through the same door”. (N. T.).

profissão, não se pode optar por um posto mais baixo na escala (de status), acompanhado talvez de menos trabalho, tem que ser um catedrático ou algo do gênero e realizar muitas tarefas administrativas. Então, à medida que se envelhece, você é quase forçado a deixar de ser um historiador ativo. Christopher Hill tem evitado isso, mas deus sabe como!

P. Como transmitiria agora os “mistérios do ofício”? O que se tem que fazer, em sua opinião, para aprender a ser um bom historiador? Não há nada a fazer a não ser começar o trabalho propriamente dito? Ou podem os mestres do ofício oferecer indicações mais precisas?

R. Não, ficaria totalmente surpreso se lhe dissesse a verdade. Aceitei escrever *A formação* porque estava mal financeiramente e um editor queria um livro sobre a classe operária inglesa de 1832 a 1945. E eu lhe sugeri que poderia ser um livro que abarcasse o período de 1790 a 1945; a *A formação* seria então um primeiro capítulo. Repetiu-se a história de Morris. O material me cativou. Não o planejei assim desde o princípio. Não significa, porém, que eu não tivesse, ao escrevê-lo, uma grande quantidade de planejamento consciente. Mas estou certo que, outra vez, o material me dominou muito mais do que eu imaginava. Ao generalizar, eu teria que dizer que o historiador tem que estar permanentemente alerta. Não deve começar um livro ou um projeto de investigação com a sensação de total clareza sobre o que vai fazer exatamente. O material mesmo deve lhe falar. Se escutar bem, o material começará a falar por ele mesmo. E eu acredito que isso realmente ocorra.

P. Por que centrou sua atenção no século XVIII em vez do que poderia ter sido o segundo ou terceiro capítulo de uma história do movimento operário inglês até 1945?

R. Bem, em parte, porque o estudo difícil e estimulante do Cartismo é algo com que minha mulher trabalhava já há muitos anos, de modo que eu não queria entrar nele. Também permanecia em minha cabeça um monte de problemas incompletos desde o começo do livro. Havia certos aspectos da consciência popular que experimentei escrever na parte I de *A formação* que não

acreditei que estivessem completamente revelados no livro sobre Morris. Estes seguiram constituindo o desafio. E aqui também se encontra o aspecto positivo do ensino universitário: as estruturas dos cursos em uma boa escola histórica, como a universidade de Warwick, tentavam apresentar certos materiais sobre novas perspectivas. Ambas as situações reuniram-se para me levar outra vez ao século XVIII e começar a análise à qual tenho me dedicado nos últimos dez anos. Provavelmente, de forma muito mais consciente agora do que em episódios anteriores; hoje, sou um historiador muito mais consciente, buscando saber o porquê de certos problemas e o que espero obter deles.

P. Mas parece que há algumas questões muito urgentes sobre o último período planejado por seu trabalho. Em particular, o que aconteceu com a tradição radical que você analisa com relação ao período pré-cartista. Consegue a indústria cultural do capitalismo em ascensão romper a cultura de resistência e rebelião? Etc. São essas questões que pensa trabalhar mais tarde? Ou acredita que outras pessoas estão se aproximando delas de forma inapropriada?

R. Sempre escrevi sobre isso, mas principalmente em nível teórico, apresentei-me anteriormente a você como um tipo mais confuso de anglo-saxão do que realmente sou. Nos Estados Unidos, as pessoas me perguntam um pouco sobre questões metodológicas. Às vezes, creio que utilizam a metodologia no lugar da teoria. Existe a metodologia, que constitui o nível intermediário e que a teoria passa a formar os métodos apropriados a serem empregados – quantitativos, literários ou como sejam – para por à prova a teoria, e também há uma em que os resultados empíricos são incorporados para modificar a teoria. Esse nível intermediário existe. Mas, às vezes, a gente fala como se pudesse existir uma metodologia sem teoria, ou como se a teoria pudesse ser guardada em uma gaveta fechada na mesa. Isto é especialmente aplicável ao que eu descrevo como direita ideológica.⁹ Quero

⁹ Em inglês: “ideological Right”. (N. T.).

dizer que a “teoria da modernização”¹⁰ não é tal teoria: ou é teoria mascarada, teoria disfarçada de metodologia. A teoria está guardada na gaveta e é, nesse caso, pura ideologia positivista, capitalista, mas os modernizadores¹¹ se negam a admitir. O que eles pretendem ter como “teoria” diz respeito a uma série de técnicas positivistas, qualitativas e similares.

Quando eu sugiro que, escolher entre escrever história deste ou daquele modo não representa uma decisão forte, não significa que não teria estado continuamente absorvido numa polêmica teórica sobre o desenvolvimento histórico. Em relação aos séculos XIX e XX, experimentei em várias ocasiões tratá-los em um nível teórico. Em *As peculiaridades dos ingleses*, havia uma espécie de mapa esboçado e em certos escritos que apareceram na *New Left Review*, nos anos 1970, eu experimentei fazer isso. O que fazia era polemizar e teorizar sobre todo o processo, e não colocar à prova. É muito possível que se eu ou outro historiador qualquer apontar os pressupostos com os quais se analisará, por exemplo, o tremendo, profundo e complexo problema do imperialismo – do imperialismo britânico – e seu efeito sobre a classe operaria britânica, uma vez imersos em sua complexidade material, poderia descobrir que a teoria é inadequada. Gareth Stedman Jones, num brilhante artigo no *The Journal of Social History*, recentemente, modifica de forma muito decisiva parte do conhecimento transmitido que a maioria de nós oferecia como teoria há dez anos ou mais. Essa é a importância da verdadeira História: não somente pôr à prova a teoria, mas também a reconstruir.

Mas eu agora não me sinto inclinado a avançar cronologicamente em minha obra histórica porque há questões em que estou completamente dedicado, e que pertencem tanto à literatura quanto à história social do século XVIII. Também há uma série de trabalhos teóricos e políticos que quero fazer. Parece-me que isso me deixará ocupado por uns cinco anos. E no que se

¹⁰ Em inglês: “modernization theory” (entre aspas). (N. T.).

¹¹ Em inglês: “modernizers”. (N. T.).

refere ao século XX, estou convencido de que os historiadores jovens devem fazer esse trabalho, pois eu estive por demais comprometido em alguns de seus episódios. Não acredito que possa escrever sobre eles como historiador. Posso fazer teoria política, mas não posso escrever como historiador sobre 1945, pois participei ativamente dele. Para que seja possível uma análise objetiva é necessário um certo distanciamento.

P. Isso promove uma questão que aparece em seus intercâmbios polêmicos com Perry Anderson, em 1965, e mais recentemente com Leszek Kolakowski. É a sensibilidade histórica um obstáculo para uma análise política, como Anderson, ao menos, parece apontar em alguns momentos? Podem o historiador e o polemista, o propagandista – nenhum desses termos em sentido pejorativo – ser um e a mesma pessoa? Kolakowski disse que há algo defeituoso em se considerar o presente com olhos de historiador.

R. Não acredito que a consciência histórica represente um obstáculo absoluto; ela é muito útil. Em um ou dois questionamentos pode incapacitar absolutamente para se compreender situações políticas contemporâneas. É possível que o historiador tenda a ser muito generoso, porque deve aprender a atender e escutar pessoas de grupos muito diferentes e procurar compreender seu sistema de valores e sua consciência. Evidentemente, numa situação de compromisso total, nem sempre se deve permitir esse nível de generosidade. Mas, sim, não a permitir em absoluto, coloca-o numa espécie de posição sectária em que comete repetidos erros de juízo em suas relações com outras pessoas. Recentemente, temos visto muito disso. A consciência histórica deve ajudar a entender as possibilidades de transformação e as possibilidades dentro das pessoas. Mas essa é uma afirmação muito geral. Acredito que o que Anderson sugeriu é que tenho uma atitude populista sentimental.

P. Sim, é verdade. Talvez eu esteja sendo generoso.

R. A substância sobre a qual ele dizia respeito era a minha especial tradição de trabalho, unido em certa medida com a tradição crítica literária de Raymond Williams e outros, eu havia colocado grande ênfase na cultura, enquanto Anderson estava pondo uma

nova ênfase no poder. Eu acredito que era necessário, embora também acredite que essa ênfase abordou a cultura sem enxergá-la. Acredito que este seja o nó da questão. Não acredito que se refira realmente à história, mas a tipos de consciências históricas transmitidas. Se olhar para o seu próprio trabalho histórico, Anderson perceberá que fala muito de poder e de estruturas, e muito pouco da cultura e de interiorização da experiência.

P. Anderson, em seus dois trabalhos recentes – sobre a transição da escravidão ao feudalismo e ao estado absolutista –, escreve numa linguagem muito diferente da sua. Em alguns momentos, nem parece ser uma linguagem de historiador, embora quando escreve sobre o período de tempo que se estende entre 1300 a.C. e 1917 d.C., talvez, a meu ver, sim; precisamente porque cobre uma época tão extensa. E para falar também de outra coisa: entre os problemas que originam essa diferença entre você e Anderson, situo suas objeções ao “marxismo estrutural”. É como se fosse algo no modo como *dizem* as coisas dos “marxistas estruturalistas” que produz uma cegueira ou uma abstração de influência perniciosa para os próprios juízos históricos ou políticos. Desde já, o problema não é a forma como se dizem as coisas. Há algo por trás da linguagem e da abstração, e é esse “algo” que constitui o problema. Têm esses tipos de questões algo a ver com suas diferenças ou é algo menos complicado e ingênuo do que eu tento expressar – e, portanto, muito mais direto e social?

R. Eu não sou de nenhum modo um crítico total do marxismo estrutural. Nenhum marxista pode não ser estruturalista, em certo sentido. O que se fala é de uma sociedade, cujas partes só podem se compreender em função do todo. Na verdade, se olhar meu capítulo sobre “exploração” em *A formação*, se dará conta que ocorre – embora eu não *soubesse*, porque nesse momento não se usava o termo – exatamente uma versão estruturalista. De modo que não há que se confundir a questão do estruturalismo com minha rejeição teórica a Althusser e ao estilo althusseriano.

Não quero entrar numa polêmica com Perry Anderson na América, a quem considero um companheiro e um pensador muito capaz, inteligente e construtivo e que não considero althusseriano.

Adotou certos conceitos e modos Althusserianos, mas em minha opinião não pertence ao mesmo sistema intelectual que Althusser.

P. Você não incluiu somente Althusser, mas, também, em certas ocasiões, Sartre e toda a tradição marxista parisiense com sua linguagem universalista. Desde cedo, você acredita existir uma relação estreita entre as tradições francesa e inglesa. “Eles propõem e nós nos contrapomos”, você disse num determinado momento, de modo que não rejeita totalmente o que se faz ali.

R. Há duas questões muito diferentes aqui. Uma é parte de uma polêmica escrita com um sorriso amarelo. Refiro-me à incrível forma que algo que alguém considera pré-histórico, uma tradição intelectual e educativa cartesiana e baconiana ainda existente e que introduziram inclusive no marxismo. Isso é em parte uma polêmica humorística e em parte uma polêmica séria. Tivemos pensadores na Inglaterra que não seriam aceitos como pensadores em qualquer escola do continente. Em particular, estou pensando em William Hazlitt e seu próprio estilo Morris. Mas, sobretudo Hazlitt é um escritor metafórico e alusivo cuja inteligência teórica, que é grande, está tão mascarada por sua linguagem empírica, e é muito difícil convertê-la em um estilo racional mais lúcido e metódico que está geralmente associado a uma determinada tradição francesa. Por esse motivo, é em parte uma piada. Mas, também é uma piada séria por ter uma capacidade para alta conceitualização e, às vezes, para o divórcio entre os conceitos e as provas empíricas, e o trabalho empírico é bastante característico de uma tradição francesa. Essa espécie de diálogo por meio do Canal é muito frutífera.

Mas essa é uma questão muito diferente dos escritos de Althusser, que eu vejo como uma mutação ou como uma excrescência perfeitamente desenvolvida do idealismo que usa certos conceitos marxistas, mas que tenta terminar, totalmente, o diálogo empírico e a crítica empírica desses conceitos. Tem categoria de teologia, e entre uma teologia e o que eu considero a mais importante tradição de Marx, pode haver muito pouco em comum. Então, trata-se de uma mesma razão: de que o marxismo é uma teoria racional capaz de aceitar o diálogo com evidência e

a crítica racional aberta. Se deixar de ser isso, então é nefasta. Não é só isso, mas é também ativamente insultante. Enfrentá-lo, portanto, é uma questão de princípios.

P. Entretanto, há quem afirme que os que interrogam o marxismo de um ponto de vista de uma disciplina de pensamento não marxista são mais ilegítimos que Althusser e os outros participantes da tradição marxista do século XX. Para eles, Althusser é um “idealista” porque tenta criticar a evolução do marxismo com base em Marx, a partir da posição de pensadores franceses como Gaston Bachelard e Jacques Lacan. Essa objeção parece ser exatamente contrária a sua, que é, se o entendi bem, que Althusser não interroga o marxismo, fechando assim seu potencial.

R. Na realidade, isso não é conflitivo com o que eu digo. Você fala da forma da teoria e eu do que é a teoria. Em termos formais, uma das coisas que tem ocorrido é o encapsulamento, por exemplo, de Husserl e a fenomenologia, no pensamento de Althusser. Ele não aceitaria isso, mas é verdade, do modo que, em termos de forma e de maneira, Althusser construiu seu próprio sistema intelectual, foi em termos desses “empréstimos” que você fala. Mas o que eu digo é que com esses materiais, Althusser produziu uma epistemológica que exclui o diálogo básico entre conceito e evidência empírica. Há uma teoria epistemológica total que descarta a possibilidade de submeter uma crítica empírica à teoria. Qualquer crítica a esse tipo de procedimento é depreciada como sendo “empirista” ou “historicista”. Acredito que pude demonstrar isso. Esse é um momento, pois, muito perigoso e também muito irracional da tradição marxista.

P. Você disse que apesar de se apresentar como uma “cabeça confusa” a respeito de seus primeiros trabalhos históricos, tem demonstrado discussões teóricas pertinentes e tem opiniões teóricas marcantes. Quais pensadores foram seus principais ancestrais ou inspiradores teóricos?

R. Vico, Marx, Blake, Morris; os dois últimos mostram o inglês que sou.

P. Quando descobriu Vico e que caminho lhe levou até ele?

R. Li Vico em Cambridge. Algo de Vico.

P. E qual a importância dele para você?

R. Sua importância é ser um desses pensadores extraordinariamente férteis e contraditórios que – como Rousseau, de certo modo – contêm em seu interior toda uma série de possibilidades de evolução intelectual diversa. O que sustenta a antropologia contemporânea, a sociologia, a história, a econômica e o marxismo tudo pode se referir ao ponto teórico comum de Vico. Vico tinha todas essas possibilidades, das quais as mais importantes foram constatadas por Marx.

Mas não acredito que o que eu busque seja exatamente uma teoria acabada, nesse sentido. Acredito que toda a teoria seja provisória. O rumo de ter uma teoria consistente, que abarque tudo em si mesma é uma heresia. Considero – embora isso possa fazer parte de uma tradição baconiana – a teoria como crítica, como polêmica. Acredito firmemente em destacar o aspecto teórico dos problemas por também crer que, às vezes, alcançam-se assim melhores resultados diante dos métodos críticos. Isso também se encontra em Marx e Engels. Não acredito que esses sejam os melhores textos da tradição marxista, mas *Feuerbach* ou *Anti-Dühring* tratam-se precisamente da teoria desenvolvida como crítica. E Marx e Engels em suas correspondências desenvolveram teorias em forma de crítica. Devemos praticar mais isso. Nada me decepcionou mais que os anos 1970, quando, de fato, estava surgindo toda uma geração esquerdista, e de marxistas, cujas flechas sequer alcançaram os ouvidos da oposição. Isso porque falavam em um vocabulário diferente e de outro lugar. Poucas vezes submeteram produtos intelectuais e ideológicos da sociedade intelectual dominante a um exame minucioso, polêmico, crítico, do tipo que se exigiria uma resposta. A partir disso, encontramos-nos nesta ridícula situação em que os poderes estabelecidos, consideram-se a si mesmos acadêmicos “objetivos” e a esquerda considera-se ideológica, quando, na verdade, muitas vezes se pode ver claramente que a situação é contrária. É um trabalho muito árduo. É como se desenvolver “teoria” fosse muito difícil e fazer a crítica teórica fosse algo muito mais fácil. E não é.

P. E sobre as outras figuras mais atuais? Quais foram as influências mais importantes para você entre seus contemporâneos ou entre a geração imediatamente anterior?

R. Uma das pessoas que mais me influenciaram quando eu ainda estudava foi Christopher Hill, que acaba de fazer seu primeiro esboço da guerra civil inglesa; ele é um teórico muito mais formidável do que as pessoas acreditam. Hill reestruturou zonas inteiras da consciência histórica inglesa. Parece que sempre esteve, onde agora se encontra. Mas não é assim. Outra pessoa que me influenciou foi Christopher Caudwell, cuja obra eu tenho relido neste último ano ou últimos anos. Agora, vejo que cerca de noventa por cento de sua obra deve ser descartada, mas dez por cento dela é maravilhosa, extraordinária. Antecipa formas de pensamento sobre a linguística e a ideologia que são possivelmente as mais avançadas que temos atualmente. Sua crítica literária é terrível. Mas aqui e ali encontramos nela um tipo de crítica cultural, uma compreensão da lógica do processo ideológico, que me influenciou profundamente.

P. E Marx? Em *A formação*, o que reaparece uma ou duas vezes não é o “capitalismo como sistema” que aparecia, de forma muito efetiva, no ensaio de Kolakowski, mas, sim, o “sistema fabril” ou o “industrialismo”. O que aparece no índice é “sistema fabril” e não “capitalismo”. A noção de fábrica tem a vantagem de ser concreta, contrariamente ao capital. Mas, como você acredita que se relacionam ambas as noções? São perfeitamente intercambiáveis ou apenas se ajustam? Apresentam-se de acordo com a ocasião, porém, sem nenhum motivo mais importante?

R. Não tenho observado essas supostas contradições ou ênfases diferentes. Não tenho consciência delas. Talvez alguém deva me ensinar. Acredito que o lugar onde isso pode ser visto mais claramente em *A formação* é num capítulo chamado *exploração* que é, na realidade, como já havia dito, uma construção estrutural, e constitui uma polêmica contra a história econômica ortodoxa, a qual fragmenta toda a evolução social e logo a une novamente em uma série de variáveis que encaixam-se umas nas outras. E tende, por fim, a apresentar a exploração como uma

categoria do pensamento de um historiador parcial e não como algo que realmente ocorreu. Uma vez feito isso, pode-se voltar a algo parecido com uma teoria da modernização na qual não se vê um processo conflitivo, uma luta de classes dialética, mas simplesmente uma esfoliação e diferenciação de um contínuo processo de industrialização, modernização, racionalização etc.

Os conceitos críticos que são constantemente utilizados em *A formação* são os de classe e luta de classes. Eu dou preferência a estes em relação a uma derivação – uma derivação econômica – da noção de mais-valia, sobre a qual se construiu, depois, todo o quadro do capitalismo, partindo do bloco número um, que é a mais-valia. Esse método de construção com blocos, a formação de um modelo de capitalismo com uma estrutura estática, é distinto do que entendia e continuo entendendo de Marx. Mas é provável que eu tenha lido Marx de um modo ligeiramente diferente dos leitores atuais. Não dispúnhamos dos *Grundrisse*, por exemplo. Muito do que tínhamos recebido de Marx advinha das trocas de cartas com Engels, em que podíamos observá-los trabalhando em história na oficina de suas correspondências.

Esta sensação de evolução que acredito proliferar em grupos de estudo do *Capital* é muito válida. Mas também, às vezes, leva, com efeito, à ideia de que existe uma teoria com T maiúsculo, que contém blocos básicos de construção que podem ordenar uma estrutura estática. Entretanto, a epistemologia de Marx é, antes de tudo, histórica. Inclusive os marxistas podem não estar conscientes de que conceitos, tais como classe, ideologia e o próprio capitalismo, são conceitos históricos; isto é, eles não são derivados de uma análise estrutural estática, mas são observáveis por meio de um exame dos padrões repetidos emergentes que são percebidos no decorrer do tempo.

P. Considerando sua obra até então, o que você indicaria como um fio condutor? Como o autor da biografia de William Morris chegou a escrever sobre os bosques de Windsor?

R. Surge de uma preocupação que ocorre no decorrer de minha obra, inclusive antes mesmo que eu pudesse perceber seu significado. Encontra-se em Morris, porém, encoberta, porque

até então eu era prisioneiro de algumas devoções stalinistas. Essa preocupação refere-se ao que eu considero um verdadeiro “silêncio” em Marx, silêncio que se encontra na área que os antropólogos denominariam como sistema de valores. Não que Marx tenha dito qualquer coisa que impossibilitasse o encontro desse “silêncio”, mas há um “silêncio” em relação às reflexões de tipo cultural e moral, nos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção e a forma que essas experiências materiais moldam-se em formas culturais na maneira como certos sistemas de valores concordam com certos modos de produção, e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores concordantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertinente em uma “superestrutura”; o que há são duas coisas que constituem duas faces de uma mesma moeda.

Essa preocupação tem estado presente sempre em meu trabalho. De forma que rejeito explicitamente a metáfora “base/superestrutura” e a busca de outras metáforas. Em meu trabalho, tenho interesse especial pelos valores, pela cultura, pelo direito e pelas zonas em que se manifesta a escolha, chamada geralmente de juízo moral. Foi, portanto, a ausência total, incluindo de uma linguagem para tratar da moral e dos valores, o que constituiu uma característica distintiva do stalinismo, de modo que quando foi finalmente aceito que toda a essência da revolução havia sido massacrada, os comunistas ortodoxos, em todo o mundo, não encontraram nenhuma outra palavra para aplicar a não ser “erro”. Isso não me pareceu uma questão insignificante. Parecia estar em concordância com minha própria experiência política de cegueira e de fracasso de relações, e com os imensos erros políticos que comunistas consagrados e generosos haviam realizado repetidamente. Haviam adotado modelos mentais e categorias que os conduziam constantemente a repetir estas excessivas simplificações, estas derivações econômicas extrassimplificadas do comportamento e das motivações humanas.

E isso se converteu em um problema teórico essencial para mim. Quando alguns de meus companheiros estavam

reexaminando toda a história do comunismo e do stalinismo em busca de fontes teóricas, estratégicas e até mesmo táticas, eu permanecia aturdido pelo problema da degeneração do vocabulário da principal corrente do marxismo ortodoxo: o empobrecimento de sua sensibilidade, a primazia de categorias que negavam a existência efetiva (na história e no presente) de uma consciência moral, a exclusão (se preferir) de toda uma zona de paixão imaginativa que informaram os últimos trabalhos de William Morris. Porém, William Morris era um materialista histórico, profundamente influenciado por Marx; foi, em certo sentido, o primeiro marxista importante da língua inglesa. De modo que tudo se uniu. A defesa da tradição de Morris (que levei a cabo) implicava uma resistência ao princípio do stalinismo. Mas não era suposta oposição ao marxismo; o que eu supunha reabilitar eram categorias e vocabulários perdidos da tradição marxista. Mas esse “vocabulário” de Marx estava formado em parte por “silêncios”: hipóteses não articuladas e reflexões não conscientes. Em *A formação* tentei dar voz a esse silêncio e – espero que com crescente consciência teórica – esta continua sendo uma das preocupações centrais de meus trabalhos históricos e políticos. No caso de *Senhores e caçadores* e *Albion’s fatal tree* não somente me ocupo de recuperar evidências esquecidas da luta de classes, também me preocupo muito com a estrutura do domínio, o ritual da pena capital e a hegemonia da lei. Em *Costumes em comum* – meu livro inconclusivo sobre os estudos de história social do século XVIII – sobre o paternalismo, o motim, os cercamentos e os direitos em comum, e sobre várias formas de ritos populares – o que me preocupa são as sanções econômicas e regras invisíveis que governam o comportamento com muita força; tal como uma força armada, ou como o terror da força ou como o domínio econômico. Em um sentido, o que examino ainda é a “moral” e o sistema de valores, como é o caso da economia das multidões nos motins de subsistência ou como o *charivari* ritual: mas não na forma clássica liberal – como zonas de “livre escolha” divorciadas da economia – nem como o modo clássico sociológico ou antropológico, segundo o qual as sociedades e

as economias são consideradas independentes dos sistemas de valores. O que eu examino é a dialética das interações, a dialética entre “economia” e “valores”. Essa preocupação encontra-se como um fio condutor em todo meu trabalho histórico e político.

De forma muito interessante, a ideologia capitalista ocidental também perdeu completamente seu vocábulo de ações e juízos morais. Parsons e Smelser são exemplos perfeitos. Mas podemos encontrar muitos exemplos contemporâneos, nos quais existe um conceito de maximização do desenvolvimento produtivo como um motor interno da máquina que arrasta a população. Esse aspecto sempre tem sido central em meu trabalho e suponho que se algo contribuiu com a soma de entendimentos, essa é minha contribuição especial. Por isso que não estou particularmente interessando nos conceitos antropológicos que podem argumentar para o exame de normas de um tipo não econômico.

O mal que produziu o capitalismo avançado e que tem feito a sociedade comercial foi definir as relações humanas como prioritariamente econômicas. Marx tratou sobre a economia política ortodoxa e propôs o homem econômico revolucionário como resposta ao homem econômico explorado. Mas também está implícito, particularmente em Marx, que o dano está em definir o homem como “econômico”. Este tipo de crítica social ao capitalismo industrial encontra-se em Blake e Wordsworth muito explicitamente e está presente em Morris. Ela é totalmente complementar e de nenhum modo conflituosa com a tradição marxista. Eu também trabalho nisso agora. Suspeito que em breve tenha terminado meu trabalho sobre Blake e Wordsworth, porque acredito que essa crítica total ao utilitarismo burguês, no momento de seu pleno florescimento na Revolução Industrial, ainda é um terreno fértil, e eu quero recuperá-lo.

P. O que podemos esperar de um livro, ou ao menos de uma análise, sobre Blake e Wordsworth?

R. Tenho me dedicado a eles principalmente nos intervalos de minhas aulas nos Estados Unidos. A parte de Blake está quase acabada, um estudo breve sobre a tradição antinômica.

P. Eu tenho interesse especial em *Costumes em comum*.

R. Esse também está bem avançado.

Fica uma questão sobre sua impressão de que há em meus trabalhos uma espécie de silêncio a respeito das análises econômicas sérias. Isso é em parte consequência de formar sua própria idéia do que pode ser a própria contribuição, pois o sentimento parte simultaneamente de um “coletivo”. Compreende? Tenho camaradas e companheiros como John Saville e Eric Hobsbawm e muitos outros que são historiadores econômicos muito sólidos. São melhores nesse sentido do que eu, de modo que tendo a supor que meu trabalho localiza-se em um planejamento mais amplo. Exatamente o mesmo problema surge em meus escritos políticos. Forma-se parte de um grupo coletivo em que um escreve sobre os serviços sociais, e outro sobre educação, outro sobre imperialismo, tende-se a pensar que esse trabalho acompanha a si mesmo e se concentra no que faz de melhor. Porém, quando se extrai uma parte do total, pode parecer curiosamente um divórcio mas, nunca se sente desse jeito nas demais análises.

P. Não escutamos a totalidade do diálogo.

R. Exatamente, o que é necessário é retomar o discurso coletivo outra vez. Precisamos de revistas de história radical e tudo isso, mas também precisamos de revistas com abordagens amplas que contribuam e que polemizem entre os historiadores, filósofos, economistas e ativistas políticos. Acredito ser possível fazer isso. Afinal, existem pessoas suficientes. O que os socialistas não devem nunca fazer é permitir-se depender inteiramente de instituições estabelecidas: editoras, meios de comunicação comerciais, universidades, fundações. Não quero dizer que todas essas instituições são repressivas: desde já, estas podem fazer muitas coisas positivas. Mas os intelectuais socialistas devem ocupar um lugar sem condicionamentos; ter suas próprias revistas, seus próprios centros teóricos e práticos; lugares onde ninguém trabalhe para requerer títulos catedráticos, mas para a própria transformação da sociedade, lugares onde seja forte a crítica e a autocrítica, mas também a ajuda mútua e o intercâmbio de conhecimentos teóricos e práticos, lugares que prefigurem, de certo modo, a sociedade do futuro.